

Catetinho vetado no Pdot

» HELENA MADER

A pesar das pressões de cooperativas habitacionais e dos movimentos de luta pela moradia, o Setor Catetinho não vai sair do papel. O governo concluiu ontem a minuta do projeto de lei que vai atualizar o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot) e a criação do bairro ficou de fora documento. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação decidiu não implantar o setor por conta dos riscos ambientais que a medida traria ao Distrito Federal. A proposta ainda será debatida durante uma audiência pública, prevista para junho, e as associações têm esperanças de conseguir retomar o debate sobre o tema até lá. Mas dentro do GDF, as orientações são para evitar o desgaste que a criação do setor traria para o governo.

A revisão do Pdot foi anunciada pouco depois do início da nova gestão. Como o Tribunal de Justiça do DF considerou inconstitucionais 60 dispositivos do Plano Diretor, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano decidiu reabrir as discussões sobre esse assunto para substituir artigos que haviam sido derrubados pelo Judiciário local. Durante o prazo de debates, a Sedhab recolheu **sugestões** de representantes da sociedade, como ambientalistas, representantes do setor imobiliário e líderes comunitários de todas as cidades. A minuta de atualização do Pdot foi elaborada com base nessas propostas.

O secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Geraldo Magela, explica que a

Participação popular

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Sedhab) publicou ontem em seu site (www.sedhab.df.gov.br) a minuta do projeto de lei de atualização do Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Até a próxima segunda-feira, o governo ainda estará recolhendo sugestões dos interessados em participar da elaboração da lei. Basta acessar o site e enviar o texto.

criação do Catetinho não foi incluída na proposta de projeto de lei por recomendação dos técnicos, mas destacou que a decisão final caberá ao governador Agnelo Queiroz. “Temos uma grande preocupação com a questão habitacional no DF, mas também precisamos dar total atenção ao meio ambiente. É preciso criar moradias, mas, neste momento, podemos fazer isso sem a necessidade desse setor”, justifica Magela. “Ouvimos a sociedade e entendemos que há outras saídas para o déficit habitacional. Sabemos que a pressão será grande, mas precisamos fazer análises técnicas em vez de

Monique Renne/Esp. CB/D.A Press - 5/5/07



Localizada em área nobre, entre o Park Way e o Gama, a região foi concebida para atender até 40 mil pessoas: preocupação com o meio ambiente

um debate emocional”, acrescenta o secretário.

A criação do Setor Catetinho fazia parte da versão anterior do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, sancionada em abril de 2009. Mas a Justiça considerou a medida inconstitucional por vício de iniciativa, já que a implantação do bairro partiu de uma emenda apresentada por distritais e não constava do projeto de lei enviado pelo Executivo à Câmara Legislativa.

A área que poderia abrigar o Setor Catetinho tem quase 700 hectares. No local, seria possível construir moradia para até 40 mil

pessoas. A região é nobre — fica entre o Park Way e o Gama — e foi muito cobiçada por cooperativas habitacionais. Representantes dessas entidades prometem agora se mobilizar para tentar fazer com que o governo inclua a criação do Setor Catetinho na versão final do projeto de lei.

Mobilização

O presidente da Organização das Entidades Habitacionais do DF, Antônio Moraes, garante que a mobilização será grande. “Vamos fazer passeatas, manifestações e pressionar muito durante

a audiência pública. Existem pareceres do próprio GDF afirmando que o Setor Catetinho é viável. Acreditamos que existe uma pressão contra a criação do bairro porque se trata de uma área nobre e porque os moradores do Park Way se opõem”, afirma Moraes. “Estamos na luta para criar esse setor há mais de 10 anos e não vamos desistir agora”, finaliza o presidente da entidade.

Além de sepultar a criação do Catetinho, o projeto de lei do novo Pdot reduz a mancha urbana do Distrito Federal. Algumas áreas voltaram a ser classificadas como zona rural, de

acordo com a minuta do projeto de lei. A região ao sul de Planaltina, próximo ao Vale do Amanhecer, deixará de ser urbana, caso a proposta seja aprovada pela Câmara Legislativa.

Regiões localizadas entre o Gama e Santa Maria, próximo ao Núcleo Rural Alagado, e a faixas de terra a oeste do Setor Tororó, ao sul do DF, também voltarão a ser consideradas rurais. Outro artigo que havia sido derrubado por vício de iniciativa e que agora consta no novo projeto é o que dá prioridade à regularização fundiária de áreas de interesse social.